

**Conselho de Direitos Humanos**

55ª sessão

26 de fevereiro - 5 de abril de 2024

Agenda item 3

**Promoção e proteção de todos os direitos humanos,
civis, políticos, econômicos, sociais e culturais,
incluindo o direito ao desenvolvimento****Resolução adotada pelo Conselho de Direitos
Humanos em 4 de abril de 2024****55/17. Direitos humanos e uma cultura de paz***O Conselho de Direitos Humanos,**Guiado pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas,**Recordando* a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e todas as outras convenções internacionais de direitos humanos relevantes e instrumentos,*Recordando também* a Declaração e Programa de Ação de Viena, a Declaração do Milênio das Nações Unidas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Declaração e Programa de Ação de Durban e outras declarações das Nações Unidas relevantes,*Recordando ademais* a resolução 53/243 de 6 de outubro de 1999 da Assembleia Geral sobre a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, outras resoluções da Assembleia relevantes, em particular as resoluções 77/32 de 6 de dezembro de 2022 sobre o Ano Internacional do Diálogo como uma Garantia de Paz, 2023, e 77/296 de 14 de junho de 2023 sobre o acompanhamento da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz e todas as outras resoluções das Nações Unidas relevantes,*Recordando* a resolução 71/189 de 19 de dezembro de 2016 da Assembleia Geral sobre a Declaração do Direito à Paz e todas as outras resoluções prévias sobre o direito à paz adotadas pela Assembleia, a Comissão de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos,*Recordando também* a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em particular os artigos 5 e 7 dela, adotada pela Assembleia Geral na sua resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1968,*Recordando ademais* os diversos Fórum de Alto Nível sobre Cultura de Paz da Assembleia Geral, convocados por Presidentes da Assembleia assim como o trabalho da Assembleia em implementar o Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz,*Recordando* a resolução 66/137 de 19 de dezembro de 2011 da Assembleia Geral sobre a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Treinamento dos Direitos Humanos e a resolução 72/130 de 8 de dezembro de 2017 da Assembleia, na qual a Assembleia declarou 16 de maio como o Dia Internacional da Convivência em Paz,

Recordando também a resolução 2625 (XXV) de 24 de outubro de 1970 da Assembleia Geral relativa à Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional regendo as Relações Amistosas e Cooperação entre os Estados de acordo com a Carta das Nações Unidas,

Tomando nota da Recomendação sobre a Educação para a Paz e os Direitos Humanos, Entendimento Internacional, Cooperação, Liberdades Fundamentais, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável, adotada unanimemente pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 20 de novembro de 2023,

Recordando que a paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos são os pilares do sistema das Nações Unidas e que as fundações para a segurança coletiva e o bem-estar, reconhecendo que a paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos estão interligados e são mutuamente reforçados e salientando que a ausência de paz aumenta a probabilidade de violações e abusos de direitos humanos e que o desenvolvimento de uma cultura de paz está ligado à concretização de todos os direitos humanos para todos,

Reafirmando que a cultura de paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições e modos de comportamento e estilos de vida baseado, entre outras coisas, no respeito à vida, na não discriminação, no fim da violência e na promoção e prática da não violência através da educação, do diálogo e da cooperação e no respeito total e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, estimulados por um ambiente nacional e internacional propício e favorável à paz,

Reconhecendo que o desenvolvimento de uma cultura de paz está integralmente ligada ao respeito para o progresso do entendimento, da tolerância e da solidariedade entre todas as civilizações, pessoas e culturas, incluindo pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas e que a cultura de paz e a educação da humanidade para justiça, liberdade, respeito mútuo e paz estão interligadas e são mutuamente reforçadas no que diz respeito à dignidade dos seres humanos e à plena concretização de todos os direitos humanos para todos;

Reconhecendo que a paz não é somente a ausência de conflito, mas também requer um processo inclusivo, positivo, dinâmico e participativo onde o diálogo intersetorial é encorajado e os conflitos são prevenidos e resolvidos em um espírito de entendimento e cooperação mútuos,

Reconhecendo também que a responsabilidade primária de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos cabe aos Estados e que todos os Estados desempenham um papel na promoção e fortalecimento de uma cultura de paz,

Enfatizando que o empoderamento de mulheres e meninas e igualdade de gênero são críticos aos esforços de desenvolver uma cultura de paz e que a plena, igualitária, significativa e segura participação das mulheres e das meninas, de acordo com sua idade e maturidade, é um dos fatores essenciais para a manutenção e promoção da paz e segurança internacionais, incluindo no planejamento e processo decisório de todos os estágios dos processos de paz, prevenção de conflito e resolução, mediação, reconstrução pós-conflito, reconciliação, manutenção da paz, pacificação e construção da paz,

Enfatizando também o importante papel que os jovens desempenham na promoção e fortalecimento de uma cultura de paz, a prevenção e resolução de conflitos, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos e a importância da ativa, ampla, plena, igualitária, significativa e segura participação dos jovens em todos os níveis relevantes do processo decisório e implementação de processos de paz, prevenção de conflito e resolução, mediação, reconstrução pós-conflito, reconciliação, manutenção da paz, pacificação e construção da paz e a importância dos jovens serem providos com espaços seguros para engajamento e financiamento dedicado para o seu trabalho,

Reconhecendo a importante ligação entre a promoção e o fortalecimento de uma cultura de paz, a plena concretização de todos os direitos humanos para todos e a conquista dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas,

Reconhecendo também que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias relacionadas e o incitamento do ódio impede a coexistência pacífica e a

harmonia entre as sociedades,

Reafirmando a importância da prevenção da violência e do conflito armado de acordo com os propósitos e princípios da Carta para a promoção e o fortalecimento de uma cultura de paz e da plena concretização de todos os direitos humanos para todos,

Expressando profunda preocupação sobre a persistência generalizada e a proliferação da violência e do conflito armado no mundo, enfatizando a urgência em abordar suas raízes e salientando que apenas soluções pacíficas podem assegurar um futuro estável para todos,

Notando o crescimento global da desinformação, da informação errada, do discurso de ódio e do assédio online, os quais ameaçam o pleno usufruto e concretização de todos os direitos humanos para todos e a promoção e o fortalecimento de uma cultura de paz, e reconhecendo que é necessário fortalecer os esforços para melhorar a integridade da informação e da mídia e da competência informacional globalmente,

Reconhecendo que envolver a sociedade civil e instituições nacionais de direitos humanos pode estimular a participação democrática ao fortalecer as capacidades civis de melhorar a segurança de populações vulneráveis e promover a resolução pacífica de disputas de modo a estimular a promoção de uma cultura de paz, e saudando o importante papel e contribuição que a sociedade civil, incluindo as organizações em prol dos direitos das mulheres e as lideradas por jovens e as organizações em prol da paz, agentes da paz, instituições nacionais de direitos humanos, academia e outros atores na promoção e proteção de todos os direitos humanos para todos, e as importantes contribuições que eles podem fazer em construir e preservar a paz e em fortalecer uma cultura de paz,

Reconhecendo também que promover os direitos humanos e uma cultura de paz através da educação, incluindo a educação e o treinamento em direitos humanos, é um objetivo que deve ser promovido por todos os Estados em cooperação com a sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais e indivíduos, e que o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e os mecanismos do sistema de direitos humanos das Nações Unidas têm um papel importante a desempenhar neste sentido,

Salientando a necessidade dos Estados, o sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes de alocar recursos a programas focados em fortalecer uma cultura de paz e mantendo a consciência dos direitos humanos através de treinamento, ensino e educação,

1. *Convoca* todos os Estados a assegurarem a plena concretização de todos os direitos humanos e de fortalecer e promover uma cultura de paz

2. *Também convoca* todos os Estados a reafirmarem seu comprometimento com a paz e a segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos, consistente com os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;

3. *Ademais convoca* todos os Estados a apoiarem e promoverem a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz e de fazer o seu máximo para promover e fortalecer uma cultura de paz através da adoção de medidas apropriadas e efetivas nos níveis nacional, regional e internacional, em linha com o Direito Internacional dos Direitos Humanos;

4. *Encoraja* todas as organizações internacionais relevantes, incluindo os órgãos das Nações Unidas, organizações regionais e organizações intergovernamentais e não-governamentais, a promoverem e apoiarem a Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz e de fazer o seu máximo para contribuir para a promoção e fortalecimento de uma cultura de paz através da adoção de medidas apropriadas e efetivas, em linha com os seus respectivos mandatos;

5. *Apela* a todos os Estados levar em consideração, em suas políticas nacionais relevantes de direitos humanos, uma abordagem que integre a promoção de uma cultura de paz e assegure que esforços neste sentido são inclusivos, responsivos às necessidades das pessoas afetadas e alinhados com o Direito Internacional dos Direitos Humanos;

6. *Convida* Estados e todos os atores relevantes, incluindo organizações internacionais e regionais, incluindo os órgãos das Nações Unidas, agências especializadas, fundos e programas, dentro de seus respectivos mandatos, mecanismos internacionais de

direitos humanos, instituições nacionais de direitos humanos, a sociedade civil e o setor privado a apoiar e promover as ligações mutuamente reforçadas entre uma cultura de paz e a promoção e proteção de todos os direitos humanos para todos;

7. *Convoca* todos os Estados para assegurar que todas as pessoas, incluindo aquelas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas, tenham a oportunidade de contribuir para a promoção e o fortalecimento de uma cultura de paz;

8. *Encoraja* Estados e organizações regionais e internacionais a reconhecerem e apoiarem o importante papel de instituições nacionais de direitos humanos e a sociedade civil, incluindo as organizações em prol das mulheres e as lideradas por jovens, de estarem plenamente engajadas na promoção e no fortalecimento de uma cultura de paz e de uma educação para os direitos humanos;

9. *Encoraja* todos os Estados e organizações regionais e internacionais, incluindo os órgãos das Nações Unidas, em particular o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, organizações intergovernamentais e não-governamentais e instituições nacionais de direitos humanos a contribuir ativamente para apoiar a educação para a paz e educação para os direitos humanos como ferramentas para a promoção de uma cultura de paz;

10. *Convoca* todos os Estados a investirem na educação da primeira infância como uma contribuição fundamental para o desenvolvimento de sociedades mais pacíficas e apela a eles que providenciem educação apropriada para a idade nas escolas infantis que construa uma cultura de paz e não violência, incluindo lições sobre entendimento mútuo, respeito, tolerância e direitos humanos;

11. *Também convoca* todos os Estados a assegurarem uma mídia livre, independente, plural e diversa e reconheça e apoie seu papel educativo e informativo em contribuir para a promoção dos direitos humanos e uma cultura de paz, em construir e apoiar o funcionamento de sociedades de conhecimento inclusivas e pacíficas e democracias, em uma cidadania informada, no Estado de Direito e na participação em assuntos públicos, em fiscalizar a prestação de contas de instituições e funcionários públicos e em estimular o diálogo intercultural, a paz e a boa governança;

12. *Convoca* todos os Estados e o sistema das Nações Unidas a assegurar a plena, igualitária, significativa e segura participação de mulheres e meninas bem como de jovens em fortalecer e promover uma cultura de paz

13. *Nota com apreciação* que iniciativas e ações práticas por órgãos das Nações Unidas relevantes, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres e a Universidade da Paz, bem como suas atividades em promover uma cultura de paz, em particular a promoção da educação para a paz e atividades relacionadas a áreas específicas identificadas no Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, e os encoraja a continuar, fortalecer mais e expandir seus esforços dentro de seus respectivos mandatos;

14. *Convoca* todos os Estados a desenvolverem consciência pública da necessidade e valor da paz e o relacionamento entre a concretização da paz e da segurança, o desenvolvimento e os direitos humanos, e facilitarem atividades, comemorações e iniciativas que engajem a consciência pública para com a paz e os direitos humanos;

15. *Convida* todos os órgãos relevantes de tratados de direitos humanos das Nações Unidas e procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, especialistas designados, grupos de trabalho intergovernamentais e mecanismos especializados bem como o escritório do Alto Comissariado a continuar a manter em mente o tema da presente resolução dentro de seus respectivos mandatos;

16. *Solicita* que o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos organize dois workshops de meio período em Genebra, em um formato híbrido e totalmente acessível, sobre direitos humanos e uma cultura de paz e promova a participação e as contribuições dos Estados interessados, das agências das Nações Unidas relevantes, dos fundos e programas, dos mecanismos internacionais de direitos humanos, das instituições nacionais de direitos humanos, das organizações da sociedade civil, da academia e de outros atores relevantes de modo a:

(a) Compartilhem experiências, boas práticas, avanços, desafios e lições aprendidas relacionadas a estratégias sobre como proteger e promover os direitos humanos contribui para a promoção e o fortalecimento de uma cultura de paz e vice-versa;

(b) Sugere ações concretas para mobilizar os Estados e organizações intergovernamentais e não-governamentais na promoção e fortalecimento de uma cultura de paz e da plena concretização de todos os direitos humanos para todos;

17. *Também solicita* ao Alto Comissário que providencie para os acima mencionados dois workshops de meio período todos os serviços e facilidades necessárias para fazer as discussões híbridas e totalmente acessíveis e providencie serviços de transmissão online ao vivo para facilitar a participação remota ativa de delegações interessadas em Nova York;

18. *Solicita ademais* ao Alto Comissário que prepare um relatório resumido sobre os workshops acima mencionados, incluindo qualquer recomendação decorrente deles, e o submeta para o Conselho de Direitos Humanos em sua 61ª sessão;

19. *Decide* manter um painel de discussão de especialistas interativo, totalmente acessível para pessoas com deficiência, em sua 61ª sessão, sobre direitos humanos e uma cultura de paz, aberto à participação dos Estados interessados, das agências das Nações Unidas relevantes, dos fundos e programas, dos mecanismos internacionais de direitos humanos, das instituições nacionais de direitos humanos, das organizações da sociedade civil, da academia e de outros atores relevantes;

20. *Solicita* ao Secretário-Geral que traga a presente resolução e o relatório acima mencionado para a atenção de todos os Estados para consideração, incluindo dentro do contexto de acompanhamento pela Assembleia Geral da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz e do Fórum de Alto Nível da Assembleia Geral sobre uma Cultura de Paz;

21. *Decide* permanecer atento a este assunto.

54ª reunião
4 de abril de
2024

[Adotada sem voto]



General Assembly

Distr.: General
8 April 2024

Original: English

Human Rights Council

Fifty-fifth session

26 February–5 April 2024

Agenda item 3

Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development

Resolution adopted by the Human Rights Council on 4 April 2024

55/17. Human rights and a culture of peace

The Human Rights Council,

Guided by the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Recalling the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights, the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights and all other relevant international human rights conventions and instruments,

Recalling also the Vienna Declaration and Programme of Action, the United Nations Millennium Declaration, the 2030 Agenda for Sustainable Development, the Beijing Declaration and Platform for Action, the Durban Declaration and Programme of Action and other relevant United Nations declarations,

Recalling further General Assembly resolution 53/243 of 6 October 1999 on the Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace, other relevant Assembly resolutions, in particular resolutions 77/32 of 6 December 2022 on the International Year of Dialogue as a Guarantee of Peace, 2023, and 77/296 of 14 June 2023 on follow-up to the Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace, and all other relevant United Nations resolutions,

Recalling General Assembly resolution 71/189 of 19 December 2016 on the Declaration on the Right to Peace, and all other previous resolutions on the right to peace adopted by the Assembly, the Commission on Human Rights and the Human Rights Council,

Recalling also the Declaration on the Right to Development, in particular articles 5 and 7 thereof, adopted by the General Assembly in its resolution 41/128 of 4 December 1986,

Recalling further the various General Assembly High-level Forums on the Culture of Peace, convened by Presidents of the Assembly, as well as the work of the Assembly in implementing the Programme of Action on a Culture of Peace,

Recalling General Assembly resolution 66/137 of 19 December 2011 on the United Nations Declaration on Human Rights Education and Training, and Assembly resolution 72/130 of 8 December 2017, in which the Assembly declared 16 May as the International Day of Living Together in Peace,



Recalling also General Assembly resolution 2625 (XXV) of 24 October 1970 on the Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Cooperation among States in accordance with the Charter of the United Nations,

Taking note of the Recommendation on Education for Peace and Human Rights, International Understanding, Cooperation, Fundamental Freedoms, Global Citizenship and Sustainable Development, adopted unanimously by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization on 20 November 2023,

Recalling that peace and security, development and human rights are the pillars of the United Nations system and the foundations for collective security and well-being, recognizing that peace and security, development and human rights are interlinked and mutually reinforcing, and stressing that the absence of peace increases the likelihood of violations and abuses of human rights and that the development of a culture of peace is linked to the realization of all human rights for all,

Reaffirming that the culture of peace is a set of values, attitudes, traditions and modes of behaviour and ways of life based on, inter alia, respect for life, non-discrimination, an end to violence and the promotion and practice of non-violence through education, dialogue and cooperation, and the full respect for and promotion of all human rights and fundamental freedoms, fostered by an enabling national and international environment conducive to peace,

Acknowledging that the development of a culture of peace is integrally linked to respect for advancing understanding, tolerance and solidarity among all civilizations, persons and cultures, including towards persons belonging to national or ethnic, religious and linguistic minorities, and that a culture of peace and the education of humanity for justice, liberty, mutual respect and peace are interlinked and mutually reinforcing in terms of the dignity of human beings and the full realization of all human rights for all,

Recognizing that peace is not only the absence of conflict but also requires an inclusive, positive, dynamic and participatory process where intersectoral dialogue is encouraged and conflicts are prevented and resolved in a spirit of mutual understanding and cooperation,

Recognizing also that the primary responsibility to respect, protect and fulfil human rights lies with States and that all States have a role in promoting and strengthening a culture of peace,

Emphasizing that women's and girls' empowerment and gender equality are critical to efforts to develop a culture of peace and that the full, equal, meaningful and safe participation of women, and that of girls, in accordance with their age and maturity, is one of the essential factors for the maintenance and promotion of international peace and security, including in planning and decision-making in all stages of peace processes, conflict prevention and resolution, mediation, post-conflict reconstruction, reconciliation, peacekeeping, peacemaking and peacebuilding,

Emphasizing also the important role that youth play in the promotion and strengthening of a culture of peace, the prevention and resolution of conflicts, sustainable development and human rights, and the importance of the active, wide, full, equal, meaningful and safe participation of youth at all relevant levels of decision-making and implementation of peace processes, conflict prevention and resolution, mediation, post-conflict reconstruction, reconciliation, peacekeeping, peacemaking and peacebuilding, and of youth being provided with safe spaces for engagement and dedicated funding for their work,

Recognizing the important link between the promotion and strengthening of a culture of peace, the full realization of all human rights for all and the achievement of the Sustainable Development Goals and targets,

Recognizing also that racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance and incitement to hatred impede peaceful coexistence and harmony within societies,

Reaffirming the importance of the prevention of violence and armed conflict in accordance with the purposes and principles of the Charter for the promotion and strengthening of a culture of peace and the full realization of all human rights for all,

Expressing deep concern about the widespread persistence and proliferation of violence and armed conflict in the world, emphasizing the urgency of addressing its root causes, and stressing that only peaceful solutions can assure a stable future for all,

Noting the global rise in disinformation, misinformation, hate speech and online harassment, which threaten the full enjoyment and realization of all human rights for all and the promotion and strengthening of a culture of peace, and recognizing that it is necessary to strengthen efforts to enhance information integrity and media and information literacy globally,

Recognizing that involving civil society and national human rights institutions can foster democratic participation by strengthening civilian capacities to enhance the safety of vulnerable populations and to promote the peaceful settlement of disputes, thereby fostering the promotion of a culture of peace, and welcoming the important role and contribution of civil society, including women's rights and youth-led organizations and peace organizations, peacebuilders, national human rights institutions, academia and other stakeholders in the promotion and protection of all human rights for all, and the important contributions that they can make in building and preserving peace and in strengthening a culture of peace,

Recognizing also that promoting human rights and a culture of peace through education, including human rights education and training, is an objective that should be advanced by all States, in cooperation with civil society, including non-governmental organizations and individuals, and that the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and the mechanisms of the United Nations human rights system have an important role to play in this regard,

Stressing the need for States, the United Nations system and other relevant international organizations to allocate resources to programmes aimed at strengthening a culture of peace and upholding human rights awareness through training, teaching and education,

1. *Calls upon* all States to ensure the full realization of all human rights and to strengthen and promote a culture of peace;

2. *Also calls upon* all States to reaffirm their commitment to peace and to take effective measures to uphold and promote peace and security, development and human rights, consistent with the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations;

3. *Further calls upon* all States to support and promote the Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace and to do their utmost to promote and strengthen a culture of peace through the adoption of appropriate and effective measures at the national, regional and international levels, in line with international human rights law;

4. *Encourages* all relevant international organizations, including United Nations bodies, regional organizations and intergovernmental and non-governmental organizations, to promote and support the Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace and to do their utmost to contribute to the promotion and strengthening of a culture of peace through the adoption of appropriate and effective measures, in line with their respective mandates;

5. *Urges* all States to take into account, in their relevant national human rights policies, an approach that integrates the promotion of a culture of peace and to ensure that efforts in this regard are inclusive, responsive to the needs of affected persons and aligned with international human rights law;

6. *Invites* States and all relevant stakeholders, including international and regional organizations, including United Nations bodies, specialized agencies, funds and programmes, within their respective mandates, international human rights mechanisms, national human rights institutions, civil society and the private sector, to support and promote the mutually reinforcing links between a culture of peace and the promotion and protection of all human rights for all;

7. *Calls upon* all States to ensure that all persons, including those belonging to national or ethnic, religious and linguistic minorities, have the opportunity to contribute to the promotion and strengthening of a culture of peace;

8. *Encourages* States and regional and international organizations to acknowledge and support the important role of national human rights institutions and civil society, including women- and youth-led organizations, to be fully engaged in the promotion and strengthening of a culture of peace and human rights education;

9. *Encourages* all States and regional and international organizations, including United Nations bodies, in particular the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, intergovernmental and non-governmental organizations and national human rights institutions to contribute actively to supporting education for peace and human rights education as tools to promote a culture of peace;

10. *Calls upon* all States to invest in early childhood education as a fundamental contribution to the development of more peaceful societies, and urges them to provide age-appropriate education in children's schools that builds a culture of peace and non-violence, including lessons in mutual understanding, respect, tolerance and human rights;

11. *Also calls upon* all States to ensure a free, independent, plural and diverse media and recognize and support its educative and informative role in contributing to the promotion of human rights and a culture of peace, in building and supporting the functioning of inclusive and peaceful knowledge societies and democracies, an informed citizenry, the rule of law and participation in public affairs, in holding public institutions and officials accountable and in fostering intercultural dialogue, peace and good governance;

12. *Calls upon* all States and the United Nations system to ensure the full, equal, meaningful and safe participation of women and girls, as well as youth, in strengthening and promoting a culture of peace;

13. *Notes with appreciation* the practical initiatives and actions by relevant United Nations bodies, including the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, the United Nations Children's Fund, the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women and the University for Peace, as well as their activities in further promoting a culture of peace, in particular the promotion of peace education and activities related to specific areas identified in the Programme of Action on a Culture of Peace, and encourages them to continue, further strengthen and expand their efforts within their respective mandates;

14. *Calls upon* all States to develop public awareness of the need for and value of peace and the relationship between the realization of peace and security, development and human rights, and to facilitate activities, commemorations and initiatives that engage public consciousness with peace and human rights;

15. *Invites* all relevant United Nations human rights treaty bodies and special procedures of the Human Rights Council, designated experts, intergovernmental working groups and expert mechanisms, as well as the Office of the High Commissioner, to continue to bear in mind the topic of the present resolution within their respective mandates;

16. *Requests* the United Nations High Commissioner for Human Rights to organize two half-day workshops in Geneva, in a hybrid and fully accessible format, on human rights and a culture of peace, and to promote participation by and inputs from interested States, relevant United Nations agencies, funds and programmes, international human rights mechanisms, national human rights institutions, civil society organizations, academia and other relevant stakeholders, in order to:

(a) Share experiences, good practices, achievements, challenges and lessons learned concerning strategies for how protecting and promoting human rights contributes to promoting and strengthening a culture of peace, and vice versa;

(b) Suggest concrete actions to mobilize States and intergovernmental and non-governmental organizations in the promotion and strengthening of a culture of peace and the full realization of all human rights, and propose measures that strengthen international and national efforts to develop a culture of peace and the realization of all human rights for all;

17. *Also requests* the High Commissioner to provide for the above-mentioned two half-day workshops all the services and facilities necessary to make the discussions hybrid and fully accessible and to provide webcasting services to facilitate remote active participation from interested delegations in New York;

18. *Further requests* the High Commissioner to prepare a summary report on the above-mentioned workshops, including any recommendations stemming therefrom, and to submit it to the Human Rights Council at its sixty-first session;

19. *Decides* to hold an interactive expert panel discussion, fully accessible to persons with disabilities, at its sixty-first session, on human rights and a culture of peace, open to the participation of interested States, relevant United Nations agencies, funds and programmes, international human rights mechanisms, national human rights institutions, civil society organizations, academia and other relevant stakeholders;

20. *Requests* the Secretary-General to bring the present resolution and the above-mentioned report to the attention of all States for consideration, including within the context of the follow-up by the General Assembly to the Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace and the General Assembly High-level Forum on the Culture of Peace;

21. *Decides* to remain seized of the matter.

*54th meeting
4 April 2024*

[Adopted without a vote.]
